

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E APOIO ESPECIALIZADO
NA ÁREA DOS SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO**

TA_25_095_CI_S_011_DSD

CADERNO DE ENCARGOS

julho 2025

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Serviços de Consultoria e Apoio Especializado na Área dos Sistemas e Tecnologias de Informação**, nos termos e conforme os requisitos e especificações técnicas constantes do **Anexo I** que dele faz parte integrante.

Cláusula 2.^a

Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) interessado(s), e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e o seu Anexo, que dele faz parte integrante;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo concorrente;
 - f) O respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário, nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo Contratual

- I. O contrato inicia-se no dia útil seguinte ao da sua outorga, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital, considerando-se outorgado na última data de aposição de assinatura, e mantendo-se em vigor pelo prazo de 3 (três) anos, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. Se, antes de decorrido o prazo acima mencionado, durante a sua vigência, se atingir o pagamento do preço total do contrato, operará o respetivo termo com a aquisição dos serviços que a tal conduzam, e o contrato extinguir-se-á com o pagamento destes, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação deste.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivo anexo, que dele faz parte integrante, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:
 - a) Executar a prestação de serviços nos termos definidos no presente Caderno de Encargos e respetivo anexo, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - b) Disponibilizar, em permanência e durante toda a vigência do contrato, 5 (cinco) técnicos especializados, com os perfis e nas condições previstas no **Anexo I**, nas instalações da Tejo Atlântico, em regime de tempo completo, correspondendo a um total anual de 1.907 (mil novecentas e sete) horas por técnico, distribuídos pelas seguintes áreas:
 - i. 1 (um) técnico especializado em Infraestrutura e Comunicações;

-
- ii. I (um) técnico especializado em Administração de Sistemas e Segurança;
 - iii. I (um) técnico especializado em Aplicações e Soluções Digitais;
 - iv. I (um) técnico especializado em Suporte a Utilizadores;
 - v. I (um) técnico especializado em Segurança de Informação.
- c) Submeter previamente à apreciação da Tejo Atlântico os currículos dos técnicos propostos para afetação ao contrato, devendo cada currículo corresponder efetivamente ao consultor a alocar no momento da adjudicação, ficando qualquer substituição posterior, temporária ou definitiva, sujeita a aprovação da Tejo Atlântico;
- d) Aceitar a realização de entrevistas técnicas, a efetuar pela Tejo Atlântico, com vista à avaliação da adequação dos técnicos propostos, considerando-se a sua validação obrigatória para efeitos de afetação à prestação de serviços;
- e) Comunicar à Tejo Atlântico, com uma antecedência mínima de 2 (dois) meses, os períodos de ausência previsível de qualquer dos técnicos alocados, os quais estarão sujeitos a aprovação da entidade adjudicante;
- f) Informar atempadamente, considerando como tal um mínimo 5 (cinco) dias, a Tejo Atlântico sempre que, por motivo de cessação contratual ou outra causa devidamente justificada, se revele necessário substituir algum dos técnicos, devendo essa substituição ser feita por profissional com experiência e competências equivalentes, sujeito a validação e entrevista pela Tejo Atlântico;
- g) Sem prejuízo do referido nas alíneas anteriores, a Tejo Atlântico reserva-se ao direito de fundamentadamente propor a substituição de um ou mais elementos da equipa técnica a afetar a este contrato, decisão que se deverá ter por definitiva e não sindicável;
- h) Em caso de ausência, de algum elemento da equipa afeta a aquisição de serviços - incluindo ausências em períodos de impedimento (férias, doença, afins) - por período previsivelmente superior a 30 (trinta) dias, deve o Cocontratante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, proceder à sua substituição, por elemento que detenha, no mínimo, a experiência e as qualificações exigidas ao elemento a substituir, procedendo para o efeito, nos termos previstos nos pontos anteriores;
- i) Assegurar que os técnicos propostos apresentam um nível de risco profissional e cultural reduzido no âmbito da segurança da informação, procedendo à avaliação prévia das suas competências técnicas e comportamentais, de acordo com as boas práticas públicas, nomeadamente as estabelecidas pelo Centro Nacional de Cibersegurança;

- j) Garantir o cumprimento, por parte de todos os técnicos afetos ao contrato, das políticas internas, regulamentos e procedimentos da Tejo Atlântico, em especial os relativos à segurança da informação;
 - k) Comprovar, mediante apresentação da documentação oficial, a veracidade e validade das certificações e formações académicas constantes dos currículos apresentados, obrigando-se ainda a facultar informação complementar, sempre que solicitado pela Tejo Atlântico;
 - l) Verificar a compatibilidade funcional e comportamental dos técnicos propostos com as funções a desempenhar, nomeadamente através da análise de experiências e avaliações profissionais anteriores, e comprovar, mediante emissão de declaração que ateste a veracidade da compatibilidade;
 - m) Assegurar o cumprimento do disposto no artigo 419.º-A, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 451.º, ambos do CCP;
 - n) Responsabilizar-se perante a Tejo Atlântico por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato;
 - o) Assumir a responsabilidade por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Tejo Atlântico e a terceiros, que resultem das suas atividades, exercidas no âmbito do contrato a celebrar, competindo-lhe proceder às reparações necessárias com o devido acompanhamento da Tejo Atlântico, ou a indemnizar quando se trate de danos ou prejuízos em que uma reparação não possa ter lugar (intangíveis);
 - p) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no sítio eletrónico https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf.
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à aquisição de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Conformidade dos serviços a prestar

- I. No decorrer da aquisição de serviços, a Tejo Atlântico procede à verificação da

conformidade dos serviços prestados, no que respeita ao cumprimento das características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Na verificação a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve prestar à Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a verificação a que se refere o n.º I não comprovar a conformidade dos serviços realizados, com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o Cocontratante.
4. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova verificação, nos termos do n.º I.
6. Caso a verificação a que se refere o n.º I comprove a conformidade dos serviços realizados pelo Cocontratante, com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias no que respeita ao definido no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, e que dele faz parte integrante, a Tejo Atlântico dá por aceite os serviços realizados, dando conhecimento ao Cocontratante.

Cláusula 6.ª

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 7.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções do Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais e da empresa é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações

-
- legais de confidencialidade, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais e da empresa por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita do Tejo Atlântico, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (*quinze*) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
 9. O Cocontratante deve comunicar de imediato ao Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
 10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato o Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
 11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o Tejo Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.
 12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o Tejo Atlântico:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
 13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir o Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Cocontratante é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 8.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico;
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 9.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se o Cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 10.^a

Dever de cooperação

1. O Cocontratante deve cooperar com a Tejo Atlântico, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Adjudicatário em representação da Tejo Atlântico;

- b) Quando a Tejo Atlântico deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

Cláusula 11.ª

Preço Base e Preço Contratual

1. O preço contratual não pode ser superior a **1.050.000,00€** (*um milhão e cinquenta mil euros*), para o período máximo de 3 (*três*) anos, de prazo de execução contratual.
2. Pela aquisição de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 12.ª

Condições de pagamento

1. Os pagamentos serão efetuados de acordo e em função das quantidades mensais efetivamente realizadas, tendo por referência a lista de preços unitários adjudicada, não existindo qualquer garantia de quantidade mínima de serviços a faturar.
2. A(s) quantia(s) devidas pela Tejo Atlântico, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção por esta das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após o cumprimento do disposto no número 6 da cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos.
4. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o

Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico, não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1 e 2, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 13.ª

Faturação

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, as faturas a apresentar pelo Cocontratante à Tejo Atlântico, emitidas em formato eletrónico (EDI) em observância do disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida no final de cada mês de execução contratual, abrangendo todas as obrigações vencidas nesse mês, com indicação do período a que se referem os serviços faturados;
 - b) Identificar o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
 - c) Apresentar o(s) preço(s) unitário(s) e global dos serviços prestados no período em referência;
 - d) Indicar o IVA à taxa legal aplicável.
3. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.;
4. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Adjudicatário consultar a informação disponível em:
<https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>;
5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora;

6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não serão objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 14.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Tejo Atlântico:
 - Gestor do contrato: Pedro Correia
 - Morada: ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta. 1300-254 Lisboa
 - Telefone n.º +351 213 107 900
 - Correio eletrónico: geral.adta@adp.pt
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao Cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.

2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato da Tejo Atlântico, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
6. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

Cláusula 16.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Por cada dia de atraso na substituição/reposição de técnico especializado, de acordo com o mencionado na alínea h) do n.º I da Clausula 4.^a do presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção no montante correspondente ao valor de 4 (*quatro*) horas, aos preços unitários propostos para o correspondente perfil técnico;
2. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinte por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público,

aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).

4. A Tejo Atlântico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
5. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

-
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
 - 5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante, das suas obrigações contratuais, fundada em força maior, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

Cláusula 18.ª

Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP e no presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Atraso no cumprimento de qualquer obrigação emergente do contrato superior a 60 (sessenta) dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
- 2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Tejo Atlântico.
- 3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma sanção contratual de até 20% (vinte por cento) do preço contratual.
- 4. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 16.ª relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 20.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do Cocontratante, a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos, sem prejuízo de outros que sejam obrigatórios por lei:
 - a) Seguro de responsabilidade civil, que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;
 - b) Seguros de acidentes de trabalho, por parte dos membros da equipa a afetar à prestação de serviços.
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 21.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 22.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, entre o Gestor designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na Cláusula 14.^a do presente Caderno de Encargos e o Cocontratante, para os contatos identificados em declaração do Cocontratante, nos termos do Anexo IX do Programa de Concurso.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 23.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 24.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 25.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

Junta:

ANEXO I – Especificações Técnicas da Aquisição de Serviços

ANEXO I

Especificações Técnicas da Aquisição de Serviços

I. Modo da Aquisição de Serviços

- a) O Cocontratante deve comunicar à Tejo Atlântico, com uma antecedência mínima de 2 (*dois*) meses, os períodos de ausência previsível de qualquer dos técnicos alocados, os quais estarão sujeitos a aprovação da entidade adjudicante;
- b) Informar atempadamente, considerando como tal um mínimo 5 (*cinco*) dias, a Tejo Atlântico sempre que, por motivo de cessação contratual ou outra causa devidamente justificada, se revele necessário substituir algum dos técnicos, devendo essa substituição ser feita por profissional com experiência e competências equivalentes, sujeito a validação e entrevista pela Tejo Atlântico;
- c) Sem prejuízo do referido nas alíneas anteriores, a Tejo Atlântico reserva-se ao direito de fundamentadamente propor a substituição de um ou mais elementos da equipa técnica a afetar a este contrato, decisão que se deverá ter por definitiva e não sindicável;
- d) Em caso de ausência, de algum elemento da equipa afeta a aquisição de serviços - incluindo ausências em períodos de impedimento (*férias, doença, afins*) - por período previsivelmente superior a 30 (*trinta*) dias, deve o Cocontratante no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, proceder à sua substituição, por elemento que detenha, no mínimo, a experiência e as qualificações exigidas ao elemento a substituir, procedendo para o efeito, nos termos previstos nos pontos anteriores;
- e) O cocontratante deve garantir a disponibilidade para responder a contactos e intervir em situações de incidentes, avarias ou outras ocorrências relevantes que comprometam o normal funcionamento de uma instalação da Tejo Atlântico, fora do horário laboral e sempre que solicitado.
- f) Esta disponibilidade será assegurada através de um regime de prevenção semanal, realizado por um elemento da equipa, de acordo com a escala a definir pela Tejo Atlântico. O custo deste regime está integralmente incluído no valor indicado na proposta adjudicada, conforme o campo “Prevenção Semanal” da Lista de Preços Unitários (Anexo III do Programa do Concurso).

- g) O Cocontratante obriga-se a apresentar I (*um*) Curriculum Vitae (CV) por cada posição a preencher, em conformidade com as especificações definidas. O CV deverá corresponder ao consultor efetivamente alocado no momento da adjudicação, não sendo permitida a sua substituição, exceto mediante aprovação prévia da Tejo Atlântico, e apenas por candidato com experiência equivalente.

2. Perfil e quantidade de técnicos especializados

- Os técnicos especializados a disponibilizar, num total de 5 (*cinco*), devem possuir o perfil técnico referente à categoria a que respeitam e comprovar o mesmo na entrega do Curriculum Vitae (CV).
- Todos os técnicos especializados, indicados nos pontos seguintes, deverão obrigatoriamente ter no mínimo o Ensino Secundário (12ºano) completo.

A. Técnico Especializado em Infraestrutura e Comunicações:

a) Funções:

- Administração da rede IP suportadas em MPLS, VPNs e APNs na área de concessão da Tejo Atlântico;
- Gestão de Swiths, Routers e outros equipamentos de rede, nomeadamente Cisco, Aruba, HPE e similares;
- Gestão de Firewalls, regras e debugings, nomeadamente CheckPoint;
- Gestão, diagnóstico de problemas e monitorização dos circuitos principais e de backup das redes IP sobre MPLS (VPN e APN) e VRF;
- Diagnóstico de problemas em comunicações Dial-up sobre linhas analógicas (PSTN - Public Switched Telephone Network) e comunicações móveis (GSM, 3G, 4G e 5G);
- Administração, implementação, manutenção, otimização, diagnóstico e resolução de problemas nos sistemas de Wi-Fi, routers, switchs, firewalls, IPSs, IDSs, HIDSs, Firewall DNS da rede Ethernet e IP das infraestruturas;
- Documentação e estruturação da informação referente à rede Ethernet e IP, circuitos e comunicações da Tejo Atlântico;
- Participação na criação e condução de ações de consciencialização de uma cultura em cibersegurança na Tejo Atlântico;

- Participação na criação de políticas, planos e procedimentos de segurança da informação e cibersegurança para a Tejo Atlântico, que servirão de regras orientadoras para o funcionamento da empresa, segundo a legislação em vigor e as melhores práticas recomendadas pelos organismos oficiais;
- Implementação, diagnóstico de problemas e gestão de ferramentas de segurança informática na Tejo Atlântico;
- Realização de trabalhos nas localizações da Tejo Atlântico sempre que tal seja requerido;
- Resposta, monitorização e acompanhamento de eventos e incidentes de cibersegurança na Tejo Atlântico.

b) Perfil e Competências Técnicas:

- Competências técnicas nas funções anteriormente indicadas;
- Mínimo de 5 (*cinco*) anos de experiência nas funções anteriormente descritas, nomeadamente em redes IP, Wi-Fi, MPLS, VRF, VPNs, em switching, routing (incluindo os protocolos de routing BGP, OSPF e RIP), QoS, circuitos L2 e L3, VPLS, firewalls, IPSs e IDSs;
- Mínimo de 3 (*três*) anos de experiência na resposta a incidentes de cibersegurança;
- Experiência comprovada, nas competências requeridas, no mínimo de 3 (*três*) anos, em infraestruturas com suporte de mais de 250 (*duzentos e cinquenta*) utilizadores;
- Domínio técnico na administração de ferramentas de segurança informática, tais como HIDSs, FirewallDNS, SIEM, entre outras;
- Domínio técnico na produção de políticas e procedimentos de segurança da informação e cibersegurança, segundo a legislação, boas práticas e recomendações atuais em vigor;
- Domínio Técnico em endpoint security (Checkpoint, kaspersky, Windows Security, entre outros);
- Bons conhecimentos em sistemas Windows Server, Windows Desktop e Linux;
- Bons conhecimentos em sistemas Cloud M365 e AWS;
- Conhecimentos de Bases de Dados Relacionais (Microsoft SQL Server e MySQL);
- Capacidade de monitorização, diagnóstico, gestão e resolução de problemas técnicos e de Cibersegurança;
- Boa capacidade de interação com o utilizador no suporte ao mesmo;

- Eficácia na interação com canais de suporte de entidades externas e fabricantes;
- Boa capacidade na produção de documentação;
- Boa capacidade de expressão oral e de escrita;
- Organizado/a e com elevado sentido de responsabilidade e profissionalismo;
- Proactiva/o, dinâmica/o, polivalente e com espírito de iniciativa;
- Capacidade trabalho autónomo e tarefas múltiplas;
- Capacidade de gestão de tempo e trabalho sob pressão;
- Carta de condução Válida em território nacional;
- Português fluente;
- Facilidade de trabalho em equipa.

B. Técnico Especializado em Administração de Sistemas e Segurança:

a) Funções:

- Administração, desenho, implementação, monitorização, diagnóstico e resolução de problemas em sistemas de virtualização VMware e Simplivity da HPE, em ambientes de alta disponibilidade;
- Administração, desenho, implementação, monitorização, diagnóstico e resolução de problemas em servidores com Sistema Operativo Windows Server até à versão 2025 da Microsoft;
- Administração monitorização, diagnóstico e resolução de problemas em servidores com Sistema Operativo Linux (Ubuntu até à versão 24 e RedHat até à versão 9.5);
- Administração, desenho, implementação, monitorização, diagnóstico e resolução de problemas com Sistema Operativo Windows (XP, 7, 8, 10 e 11) da Tejo Atlântico;
- Administração, desenho, implementação, monitorização, diagnóstico e resolução de problemas em serviços de diretório Active Directory da Microsoft e LDAP (Lightweight Directory Access Protocol) da Tejo Atlântico;
- Administração, desenho, implementação, monitorização, diagnóstico e resolução de problemas em serviços de diretório Active Directory Cloud da Microsoft ENTRA / LDAP;
- Administração, desenho, implementação, monitorização, diagnóstico e resolução de problemas em serviços em Microsoft Windows, nomeadamente IIS (Internet

Information Services), ADconnect, Exchange 2019 e M365, DHCP Server e DNS Server;

- Administração, desenho, implementação, monitorização, diagnóstico e resolução de problemas no ambiente cloud 365 da Microsoft, nomeadamente o ambiente Azure, o Azure AD, o Teams, Exchange online, entre outros, e a integração deste com o ambiente *on-premises* da Tejo Atlântico;
- Administração, monitorização, diagnóstico e resolução de problemas em bases de dados relacionais (Microsoft SQL Server, Postgresql e MariaDB/MySQL);
- Administração, desenho, implementação, monitorização, manutenção, diagnóstico e resolução de problemas em sistemas de backup da Tejo Atlântico;
- Rever, desenhar e sugerir alterações funcionais e de segurança da informação, de forma contínua, e acompanhar a implementação das alterações nas aplicações e plataformas da Tejo Atlântico;
- Realização de trabalhos nas localizações da Tejo Atlântico sempre que tal seja requerido;
- Resposta a pedidos de suporte ou projetos na ótica do utilizador, em ambientes Microsoft (on-prem e 365), Android, IOS e telefonia VoIP;
- Assegurar os canais necessários com entidades internas, externas e fabricantes, no âmbito do suporte ao utilizador;
- Garantir o cumprimento dos SLAs internos definidos atuando como agente no suporte (1ª e 2ª linha) na Tejo Atlântico.

b) Perfil e Competências Técnicas:

- Competências técnicas nas funções anteriormente indicadas;
- Mínimo de 5 (*cinco*) anos de experiência em sistemas e ambientes Microsoft *on-premises* e *online*, nomeadamente o Windows Server e Server R2, Exchange e ambiente cloud 365 da Microsoft (Office, Azure, Azure AD, Teams, entre outros);
- Experiência comprovada, nas competências requeridas, no mínimo de 3 (*três*) anos, em ambientes com mais de 250 (*duzentos e cinquenta*) utilizadores, em alta disponibilidade e mais de 100 (*cem*) servidores distribuídos;
- Domínio técnico em sistemas de alta disponibilidade em VMware e Simplivity da HPE e Windows;

- Domínio técnico em procedimentos e administração de ferramentas de backup (ex: Veeam, Commvault, Veritas);
- Domínio técnico nos protocolos IP, DNS, DHCP, NTP e nos serviços que disponibilizam os últimos 3 (três);
- Domínio técnico de sistemas de armazenamento HPE StoreOnce;
- Domínio técnico em bases de dados relacionais (Microsoft SQL Server, Postgresql e MariaDB/MySQL);
- Domínio técnico em endpoint security (Checkpoint, kaspersky, entre outros);
- Domínio técnico no cumprimento e aplicação de procedimentos e princípios de segurança da informação e Cibersegurança, segundo a legislação, boas práticas e recomendações atuais em vigor;
- Conhecimento em Sistemas Operativos Linux e serviços sobre Linux (NTP, DNS, RADIUS, DHCP, Web, reverse proxy, entre outros);
- Conhecimentos básicos sobre sistemas SCADA.
- Boa capacidade de interação com o utilizador no suporte ao mesmo;
- Eficácia na interação com canais de suporte de entidades externas e fabricantes;
- Boa capacidade na produção de documentação;
- Boa capacidade de expressão oral e de escrita;
- Organizado/a e com elevado sentido de responsabilidade e profissionalismo;
- Proactiva/o, dinâmica/o, polivalente e com espírito de iniciativa;
- Capacidade trabalho autónomo e tarefas múltiplas;
- Capacidade de gestão de tempo e trabalho sob pressão;
- Carta de condução Válida em território nacional;
- Português fluente;
- Facilidade de trabalho em equipa.

C. Técnico Especializado em Aplicações e Soluções Digitais:

a) Funções:

- Administração e gestão de contratos aplicacionais do parque de aplicações e plataformas;

- Administração, desenho, implementação, monitorização, diagnóstico e resolução de problemas, a nível aplicacional, nas diversas aplicações e plataformas da Tejo Atlântico;
- Desenhar necessidades, conduzir levantamentos de requisitos transversais à organização e acompanhar e sugerir novas implementações e reestruturações aplicacionais na organização;
- Rever, desenhar e sugerir alterações funcionais e de segurança da informação, de forma contínua, e acompanhar a implementação das alterações nas aplicações e plataformas da Tejo Atlântico;
- Colaborar com recursos externos de análise, desenvolvimento ou outros trabalhos sobre soluções e plataformas novas ou existentes;
- Assegurar o suporte aplicacional de 2.ª linha aos utilizadores nas aplicações e plataformas da Tejo Atlântico;
- Assegurar os canais necessários com entidades externas e fabricantes, no âmbito do suporte ao utilizador e de melhorias/alterações necessárias às aplicações da Tejo Atlântico;
- Realização de trabalhos nas localizações da Tejo Atlântico sempre que tal seja requerido;
- Apoio à gestão de contratos aplicacionais das aplicações e plataformas da Tejo Atlântico.
- Garantir o cumprimento dos SLAs internos definidos;
- Garantir e fazer cumprir as políticas, procedimentos e boas práticas da Tejo Atlântico, especialmente os princípios de gestão de desenvolvimento seguro.

b) Perfil e Competências Técnicas:

- Competências técnicas nas funções anteriormente indicadas;
- Mínimo de 5 (*cinco*) anos de experiência na Administração, gestão e desenho funcional, implementação, monitorização, diagnóstico e resolução de problemas em plataformas e aplicações;
- Experiência comprovada, nas competências requeridas, no mínimo de 3 (*três*) anos, em ambientes com mais de 250 (*duzentos e cinquenta*) utilizadores e em alta disponibilidade;

- Experiência comprovada em funções de análise de fluxos, sistemas de gestão documental, suporte aplicacional na ótica funcional, gestão aplicacional e de licenças;
- Domínio técnico na produção de procedimentos de segurança da informação e Cibersegurança aplicacional, segundo a legislação, boas práticas e recomendações atuais em vigor;
- Eficácia na interação com canais de suporte de entidades externas e fabricantes;
- Boa capacidade na produção de documentação;
- Boa capacidade de expressão oral e de escrita;
- Organizado/a e com elevado sentido de responsabilidade e profissionalismo;
- Proactiva/o, dinâmica/o, polivalente e com espírito de iniciativa;
- Capacidade trabalho autónomo e tarefas múltiplas;
- Capacidade de gestão de tempo;
- Carta de condução Válida em território nacional;
- Português fluente;
- Facilidade de trabalho em equipa.

D. Técnico Especializado para suporte a Utilizadores:

a) Funções:

- Primeira linha de resposta de IT ao utilizador da Tejo Atlântico;
- Resposta a pedidos de suporte ou projetos na ótica do utilizador, em ambientes Microsoft (on-prem e M365), Android, IOS e telefonia VoIP;
- Resposta de primeira linha a avarias de serviços, infraestrutura, rede e comunicações;
- Assegurar o suporte aplicacional de 1.ª linha aos utilizadores nas aplicações e plataformas da Tejo Atlântico;
- Realização de trabalhos nas localizações da Tejo Atlântico sempre que tal seja requerido;
- Acompanhamento e Suporte, identificação e alteração, de primeira linha, da infraestrutura de rede estruturada da Tejo Atlântico;
- Assegurar os canais necessários com entidades internas, externas e fabricantes, no âmbito do suporte ao utilizador;
- Set-ups ou migrações de postos de trabalho e equipamentos móveis;

- Reposição de postos de trabalho e equipamentos móveis;
- Garantir o cumprimento dos SLAs internos definidos;
- Garantir e fazer cumprir as políticas, procedimentos e boas práticas da Tejo Atlântico.

b) Perfil e Competências Técnicas:

- Competências técnicas nas funções anteriormente indicadas;
- Mínimo de 2 (*dois*) anos de experiência em suporte ao utilizador, ambientes Microsoft (on-prem e 365), Android e IOS, redes LAN em Ethernet IP, Hardware de Portáteis, PCs fixos, tablets e smartphones;
- Experiência comprovada, nas competências requeridas, no mínimo de 1 (um) ano, em ambientes com mais de 250 (*duzentos e cinquenta*) utilizadores e em alta disponibilidade;
- Experiência comprovada em configuração e resolução de problemas de sistemas operativos Microsoft Windows 10 e 11, Microsoft e Office 365 (nomeadamente Outlook, Teams, etc.);
- Experiência comprovada em configuração e resolução de problemas de Android e IOS;
- Experiência comprovada em resolução de problemas de comunicação da rede estruturada LAN;
- Eficácia na interação com canais de suporte de entidades externas e fabricantes;
- Boa capacidade na produção de documentação;
- Boa capacidade de expressão oral e de escrita;
- Organizado/a e com elevado sentido de responsabilidade e profissionalismo;
- Proactiva/o, dinâmica/o, polivalente e com espírito de iniciativa;
- Capacidade trabalho autónomo e tarefas múltiplas;
- Capacidade de gestão de tempo e trabalho sob pressão;
- Carta de condução Válida em território nacional;
- Português de Portugal fluente e conhecimentos de inglês;
- Facilidade de trabalho em equipa.

E. Técnico Especializado Segurança de Informação:

a) Funções:

- Melhoria Contínua de Use-Cases nas Plataformas de Monitorização (SIEM), melhorando a resposta e deteção de ameaças;
- Apoiar nas rotinas de identificação e avaliação de vulnerabilidades periódicas e interpretação de eventos de segurança;
- Monitorizar alertas de segurança em tempo real através de plataformas de Monitorização de Infraestrutura (On-Prem e Cloud), Rede e Comunicações;
- Elaborar relatórios técnicos e documentação sobre incidentes, alertas, eventos vulnerabilidades e atividades do SOC.
- Executar triagem e análise inicial de eventos de segurança e categorização de incidentes;
- Apoio e acompanhamento na gestão e resolução dos incidentes, auxiliando as áreas especializadas na gestão dos mesmos;
- Apoio na preparação da resposta a incidentes, definindo *playbooks* e outros elementos do Plano de Continuidade de Negócio.
- Identificar comportamentos anómalos através da interpretação de logs de rede, Aplicações e Soluções Digitais.
- Análise e Resolução de vulnerabilidades identificadas através de scanners automáticos.
- Identificação de riscos de segurança da informação, definição e acompanhamento dos Planos de Tratamento de Risco.
- Participar no desenvolvimento, acompanhamento e análise de campanhas de *phishing* e *awareness*.
- Elaboração e manutenção de *dashboards* e métricas operacionais do SOC.
- Monitorização de Sistemas de apoio aos processos de Continuidade de Negócio (ex: Backups).
- Participar em exercícios de simulação de incidentes (*tabletop*, testes de resposta).
- Acompanhar e monitorizar a conformidade de processos de Segurança da Informação com políticas de segurança do Sistema de Gestão de Segurança da Informação.
- Monitorização e Acompanhamento de KPIs dos demais processos de segurança da informação, identificando e sugerindo melhorias nas políticas, processos e procedimentos operacionais.

- Apoio no cumprimento da Estratégia de Segurança da Informação da Tejo Atlântico, em alinhamento com o CISO.

b) Perfil e Competências Técnicas:

- Competências técnicas nas funções anteriormente indicadas;
- Mínimo de 2 (*dois*) anos de experiência na Área de Cibersegurança;
- Experiência comprovada, nas competências requeridas, no mínimo de 1 (*um*) ano, em ambientes com mais de 250 (*duzentos e cinquenta*) utilizadores e em alta disponibilidade;
- Experiência na resposta e gestão de incidentes.
- Experiência comprovada na identificação e apoio na resolução de problemas de sistemas operativos Microsoft, Windows Server, Windows 10 e 11, Office 365.
- Experiência com Ferramentas de Monitorização (SIEM);
- Entendimento dos conceitos de ameaças, vulnerabilidades e risco de segurança da informação.
- Experiência no desenvolvimento e acompanhamento de Campanhas de Consciencialização em Segurança da Informação.
- Entendimento do processo de gestão e resposta a incidentes de segurança da informação.
- Domínio técnico na produção e cumprimento de procedimentos de segurança da informação e Cibersegurança aplicacional, segundo a legislação, boas práticas e recomendações atuais em vigor;
- Eficácia na interação com canais de suporte de entidades externas e fabricantes;
- Boa capacidade na produção de documentação;
- Boa capacidade de expressão oral e de escrita;
- Organizado/a e com elevado sentido de responsabilidade e profissionalismo;
- Proactiva/o, dinâmica/o, polivalente e com espírito de iniciativa;
- Capacidade trabalho autónomo e tarefas múltiplas;
- Capacidade de gestão de tempo e trabalho sob pressão;
- Carta de condução Válida em território nacional;
- Português fluente;
- Facilidade de trabalho em equipa.